

O Inflacionismo de bom coração

Gustavo H. B. Franco

(Diretor de Assuntos Internacionais, Banco Central do Brasil)

Todos que viveram a inflação alucinante que perdurou até junho de 1994 sabem o quanto ela afetou cada aspecto da nossa vida cotidiana: nossas finanças, hábitos, relações pessoais, e mesmo a nossa visão do mundo. O dinheiro é parte importante da identidade nacional, e se ele derrete diuturnamente, perde-se também um pouco da nossa dignidade. Elias Canetti observou, acerca da hiperinflação alemã, que os homens e as unidades de seu dinheiro exercem os mais estranhos efeitos sobre si mesmos: tudo se mostra incerto no mundo da inflação alta, sentindo-se os homens tão desvalorizados quanto a moeda que é parte deles.

Não foi por outra razão que o esforço de estabilização iniciado em primeiro de julho de 1994 teve tamanho impacto. Decerto o começo do fim do pesadelo extravasou de muito as suas implicações na órbita estritamente econômica. Redescobriu-se a autoestima nacional através do valor do dinheiro e, em termos mais amplos, do agora mais transparente valor das coisas. A estabilização confundiu-se com os imperativos éticos que assoberbavam este País há tempos. E, como resultado disso, a opinião pública se mobilizou em torno da preservação da estabilidade. Um voto de confiança foi concedido e muitos sacrifícios foram aceitos no âmbito de um programa transparente que em nenhum momento se pretendeu milagroso ou impermeável a críticas e ao debate.

Desde o início não houve ambiguidade quanto às origens fiscais do problema inflacionário. Como se sabe, o programa de reforma monetária somente foi adiante quando houve segurança quanto às condições fiscais. Sempre houve clareza também quanto ao fato de que a

nossa crise fiscal não foi criada unicamente pela maldade deliberada de gastadores irresponsáveis mas, principalmente, pelo atendimento acumulado de pleitos em boa medida legítimos associados à despesa pública. Durante muitos anos ignorou-se qualquer espécie de restrição orçamentária e vivemos a ilusão de que tudo o que era justo podia ser executado. Os deveres impostos ao estado se multiplicaram com facilidade e terminaram ficando muito além da sua capacidade de atendê-los.

O resultado desse inflacionismo de bom coração foi favorecer, em escala sem precedentes, o mais cruel dos impostos, a inflação, e pior: tributava-se, através da desvalorização da moeda, exatamente o pobre a quem se queria beneficiar com o acréscimo de despesa pública. A estabilização deslindou o mecanismo e revelou uma extraordinariamente forte aversão à inflação da parte dos segmentos menos favorecidos da população, vale dizer, exatamente os que pagavam o chamado "imposto inflacionário". Resta transformar esta aversão em freios institucionais ao inflacionismo, mesmo o de bom coração.